

## **MOÇÃO 1 – GT de Meio Ambiente**

### **Moção de repúdio ao assassinato de Dom Phillips e Bruno Pereira**

Os(as) delegados(as) participantes do 12º Congresso de Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação REPUDIAM, veementemente, o assassinato, com requintes de crueldade, do jornalista britânico Dom Phillips e do indigenista e servidor da Fundação Nacional do Índio (Funai) Bruno Araújo Pereira. Ambos mortos dentro da Terra Indígena do Vale do Javari, extremo oeste do Estado do Amazonas, quando trabalhavam em prol das comunidades indígenas.

Os(as) educadores(as) prestam seu apoio e solidariedade aos amigos e familiares, aos servidores e às servidoras da Funai e a toda a categoria de jornalistas no Brasil e no mundo.

Considerando que o Brasil figura entre os países mais violentos para ativistas relacionadas à defesa do meio ambiente. É o terceiro mais letal, ficando atrás apenas da Colômbia e das Filipinas.

Considerando que ambos foram assassinados com requintes de crueldade e de forma premeditada, apanhados numa emboscada, e que vinham, assim como tem ocorrido com várias comunidades indígenas, sofrendo ameaçadas por garimpeiros, grileiros de terras, traficantes de drogas, pescadores ilegais e outros invasores da Terra Indígena (TI) do Vale do Javari.

Considerando que são vítimas do desmonte da Funai e da precarização do trabalho – um dos modos operandi do governo Bolsonaro para suprimir direitos e se apropriar das riquezas públicas. Considerando o desmonte da proteção às comunidades indígenas e de geração de políticas públicas indigenistas.

Considerando que o assassinato é de reconhecimento das autoridades brasileiras, exigimos que seja feita justiça e que sejam tomadas todas as medidas necessárias e cabíveis para punir os feitores e os mandantes desse crime.

Ressaltamos a postura absurda das autoridades, com destaque para o posicionamento do Presidente da República, que legitimam as mortes como naturais, uma vez que com seu caráter institucional e seu discurso de “essas coisas acontecem” e “estavam no lugar errado” reforçam a impunidade e a normalização de todo tipo de crime, sobretudo o de assassinatos de lideranças populares, servidores públicos no exercício da função entre outras.

Neste cenário, somamo-nos à sociedade e aos servidores(as) da Funai em uma ampla e veemente denúncia dessa atrocidade sofrida por Bruno e Dom. Somamo-nos à luta pela melhoria das condições de trabalho na Região Amazônica.

E, por fim, manifestamos o pesar pela morte de Dom e Bruno, reflexo da perseguição vigente às pessoas que lutam pela preservação da floresta amazônica e pelas comunidades que lá habitam.

É inaceitável que continuemos neste caminho!

Chega de morte e de ameaças contra aqueles e aquelas que defendem o nosso povo e nossa terra!

Justiça para Dom e Bruno!  
Fora Marcelo Xavier e sua gestão anti-indigenista!  
Fora Bolsonaro!

## **MOÇÃO 2 – Bruno Almeida**

### **Moção de Repúdio ao Assédio Moral a professores e estudantes no CED 01 da Estrutural**

Pelas diversas experiências vividas no Distrito Federal, já estava explícita a incompatibilidade entre a Gestão Democrática, com profissionais da educação especializados, e a Gestão Compartilhada, com profissionais de regime militar; que pressupõe uma hierarquização entre estes mesmos profissionais.

Dentre os diversos pequenos e médios conflitos no dia a dia, gerados pelas diferentes concepções do processo de ensino e aprendizagem entre civis e militares, já na ciência da Secretaria de Estado e Educação do Distrito Federal, a situação de conflitos se agravou em novembro de 2021, por conta de um dos trabalhos da Consciência Negra da escola, no qual um grupo de estudantes abordou a violência racial institucional presente no âmbito militar. Houve a ordem arbitrária de retirada dos trabalhos em exposição, feita pela gestão disciplinar, e que não foi obedecida pela gestão pedagógica (civil). Assim, intensificou-se o processo de assédio moral e difamatório da vice diretora Luciana Pain (diretora em exercício que sustentou a exposição dos trabalhos estudantis) e, de forma mais velada, a vários outros profissionais de educação da escola. Apesar de ter sido debatido com a gestão disciplinar a necessidade de se conversar com os estudantes de forma democrática e sem censura sobre o racismo institucional.

Como resultado, a professora Luciana foi exonerada de seu cargo sem processo administrativo e afastada da escola em um processo de perseguição e assédio. Com isso, hoje, temos diversos profissionais afastados da sala de aula com doenças relacionadas ao local de trabalho, incluindo depressão e burnout. Isso acontece devido ao fato de que, cada vez mais, a equipe disciplinar interfere no processo pedagógico, tomando o papel da gestão pedagógica, inclusive fisicamente, pois se observou que: (a) o diretor disciplinar ocupa estação de trabalho dentro da direção pedagógica ao invés de seu espaço destinado; (b) conduziu coordenações pedagógicas e (c) conduziu reunião de pais e mestres no lugar da própria direção pedagógica. Além disso, ficou público na mídia, com vários vídeos gravados pelos estudantes, que o treinamento tão necessário da segurança pública não é compatível com lidar pedagogicamente com os problemas disciplinares inerentes a uma escola com adolescentes.

Há também uma nítida vontade do corpo de gestão, apoiado pela CRE-Guará na figura do Coordenador Leandro Andrade, de pressionar docentes a usar uniforme, alinhar-se com o projeto de militarização e a evitar fazer questionamentos.

Portanto, repudiamos toda e qualquer forma de censura nas escolas, de falta de democracia e de violência e assédio contra profissionais da educação, estudantes e membros da comunidade escolar. E mais, ressaltamos que é urgente o debate sobre o racismo institucional, para que, no DF, as premissas dos direitos, da liberdade e da cidadania caminhem para englobar de fato as periferias e comunidades vulneráveis.

## MOÇÃO 3 – Joana Darc

### NÃO À GUERRA! PELA AUTODETERMINAÇÃO DOS POVOS! FRATERNIDADE ENTRE OS POVOS!

Em 24 de fevereiro de 2022, tropas russas, sob a ordens do governo de Putin, violaram as fronteiras da Ucrânia e invadiram o território deste país, numa guerra de ocupação com vistas à anexação. Em seu pronunciamento pela TV estatal russa, em 22 de fevereiro, anunciando e justificando a invasão, Putin atacou a própria existência de uma nação e de um povo ucraniano, se valendo de uma falsificação histórica: *“a Ucrânia contemporânea foi total e completamente criada pela Rússia, pela Rússia comunista bolchevique. Esse processo começou quase imediatamente após a revolução de 1917, e Lenin e seus camaradas agiram de maneira muito pouco delicada com a Rússia: tiraram dela, tiraram parte de seus territórios históricos”*. A nação ucraniana e seu povo existem secularmente, a Revolução de Outubro de 1917 libertou a Ucrânia da opressão do Império czarista.

Com a entrada na Ucrânia de tropas da Federação Russa, que já se estende por mais de um mês, a guerra está de volta à Europa, com sua procissão de mortos, feridos e de populações aterrorizadas pelos bombardeios, gerando já cerca de 3 milhões de refugiados. Não é mais uma guerra localizada, é já o maior conflito europeu desde a 2ª Guerra Mundial e leva ao sacrifício os povos e a classe trabalhadora da Ucrânia e da Rússia, em primeiro lugar, mas também do povo trabalhador da Europa, e a seguir do mundo inteiro.

Isto se dá no contexto de guerras imperialistas e intervenções militares que ocorrem nos quatro cantos do planeta, no momento em que as exigências do imperialismo, particularmente o estadunidense, visam a esmagar os povos sob seu tacão. Isto ocorre enquanto o militarismo se estende sob a égide do imperialismo dos EUA, com o acordo estratégico de Biden com a Austrália e o Reino Unido contra a China, com a parceria estratégica com os Emirados Árabes e o Estado de Israel contra o povo palestino, com o fortalecimento e extensão da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), com os seguidos ataques ao povo do Iêmen pela Arábia Saudita e os Emirados.

A OTAN, que é um instrumento do imperialismo dos EUA para a militarização do continente europeu, não é uma saída para os povos. O povo ucraniano é refém entre a OTAN e Putin. Lembremos que foi a OTAN que interveio na bárbara guerra da Iugoslávia, bombardeando a Sérvia durante semanas, atingindo a população e todas as instalações militares e civis. Lembre-se também que foi a OTAN, com base nas exigências dos Estados Unidos, que atacou militarmente o Afeganistão em 2001.

A guerra então não é dos povos. Os povos russo e ucraniano, os povos europeus, e os povos do mundo inteiro são e serão vitimados pela guerra e seus efeitos. O povo ucraniano vê a destruição do seu país, de suas condições elementares de vida, da infra-estrutura, da economia, dos empregos. Em nome do perigo da guerra na Europa, os governos querem impedir o povo trabalhador de reivindicar e de defender-se dos ataques dos governos, tentando impor um consenso em nome da segurança. Estes líderes da União Europeia se alinharam atrás dos Estados Unidos para aumentar as sanções contra a Rússia, que atingirão, antes de mais nada, dramaticamente, os povos da Federação Russa já empobrecidos pela política de Putin. A guerra ademais é pretexto para tremendos ataques aos direitos democráticos do povo russo, com milhares de prisões dos que se pronunciam contra a guerra, além de uma pressão sem precedentes aos direitos de manifestação, como denuncia o Sindicato Universidade Solidária, dando conta das ameaças de demissão contra docentes e funcionários.

Expressão deste ataque generalizado aos povos, especialmente, neste caso, às nações europeias, foi o fato de, em 11 de março de 2022, os 27 líderes da União Europeia se reunirem

para aumentar as despesas militares nos próximos sete anos. Olaf Scholz, premiê socialdemocrata da Alemanha, já ampliara as em US\$ 110 bilhões os gastos militares do país. Magdalena Andersson, primeira-ministra social-democrata da Suécia, disse que “queria investir em escolas e aposentadorias, mas devemos gastar mais com defesa”. Quem se beneficia com a escalada militar é a indústria de armamentos, os artífices da morte em massa.

Os fatos mostram que não há lado bom nessa disputa intercapitalista. Nela, não há um “campo progressista”. Há uma nação refém da disputa, a Ucrânia, e o esmagamento das condições de vida e dos direitos do povo russo e do restante da Europa. Nenhuma geopolítica, nem a de Putin nem a de Joe Biden, nem a de Zelenski, pode justificar essa guerra por mercados e lucros.

Não há saída conforme os interesses dos povos que não seja o fim da guerra e o respeito à autodeterminação dos povos. Só os povos podem, livres da ingerência das potências econômicas e militares, determinar seus próprios destinos.

- Não à guerra!
- Retirada imediata das tropas russas da Ucrânia! Autodeterminação do povo ucraniano!
- Nenhuma anexação!
- Fim das sanções à Rússia!
- Abaixo as alianças militares! Abaixo a OTAN!
- Fraternidade entre os povos!

## **MOÇÃO 4 – GT de Raça e Sexualidade**

### **Repúdio à cassação do vereador Renato Freitas**

Nós, professoras e professores, orientadoras e orientadores educacionais, delegados(as) elei-tos(as) para o 12º Congresso de Trabalhadores da Educação do Distrito Federal, manifesta- mos, por meio desta nota, nosso repúdio à cassação ilegal do vereador Renato Freitas pela bancada conservadora da Câmara Municipal de Curitiba, Paraná.

Acusado de ter cometido falta de decoro parlamentar, Renato de Almeida Freitas Junior teve seu mandato cassado em um processo claramente injusto, ilegítimo, eivado de perseguição política motivada, sobretudo, pelo ódio racial. Seu “crime” foi defender a população negra durante uma manifestação pacífica que ocorreu num espaço de especial simbologia para população negra.

Já era sabido por todos a ira que Renato provocava na bancada conservadora da Câmara de Vereadores de Curitiba por seu posicionamento combativo e pelas denúncias das injustiças. Portanto, fica evidente que a ação arbitrária e antidemocrática de cassação não tem base legal, ou fática, além de um pretexto político.

Não bastando todo ódio racial despejado contra Renato, nem sequer os prazos regimentais foram respeitados durante o processo de cassação, ficando também evidente que todo o processo de cassação foi uma farsa ilegal e que não passou de uma cruzada inquisitória contra as vozes de oposição ao Prefeito da capital do Paraná.

Exigimos o respeito à democracia e que os votos da população curitibana sejam respeitados! Pela democracia, pela liberdade de expressão e contra o racismo: **RENATO FICA!**

## **MOÇÃO 5**

### **Em defesa do socioambientalista Thiago Ávila!!!**

Em 2021, no auge da PANDEMIA, enquanto tentava deter despejos ilegais contra famílias catadoras do CCBB e a Escolinha do Cerrado, o socioambientalista, Thiago Ávila, foi PRESO 02 ( DUAS ) VEZES. Indignado com a publicidade ruim, o governo do Distrito Federal fabricou uma acusação de crime ambiental, que pode levar Thiago à pena de prisão por até 03 ( três ) anos.

No último dia 06 ( 5a.feira ) de julho de 2022, o Ministério Público do DF, a partir de denúncia de crime ambiental, apresentada pelo GDF, pediu sua condenação, com pena agravada.

A sentença sairá nos próximos dias.

É necessário se opor e deter essa injustiça!!!

Nós, delegadas/es/os presentes ao XII Congresso de trabalhadoras/es em Educação, realizado no período de 07 a 09 de julho, no Centro Convenções aprovamos a seguinte propositura em relação ao socioambientalista, Thiago Ávila.

A ele:

01) Apoio e solidariedade completa e total!!!

02) Retirada imediata da acusação de crime ambiental e de sua condenação, com pena agravada, pelo Ministério Público do DF.